

*Mayara Sousa de Oliveira Nérís e Rafael de Mattos Teixeira*

Graduandos em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e membros do corpo editorial do Cosmopolítico.

## A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA GUERRA DAS MALVINAS

BRAZILIAN FOREIGN POLICY IN THE FALKLANDS WAR

**RESUMO:** O presente artigo analisa a postura brasileira em relação ao conflito nas Malvinas. Para tal, abordamos os paradigmas existentes na política externa nacional do período, em especial o globalista, que marcou os governos de Ernesto Geisel e João Figueiredo. Além disso, buscamos compreender como ocorreu a guerra, analisando o histórico entre Argentina e Reino Unido nas ilhas, assim como as simbologias e motivações existentes na disputa. Por fim, há uma análise da “neutralidade imperfeita” que o Brasil adotou ao apoiar as ambições argentinas, considerada fundamental para a consolidação do entendimento entre os dois países, o que posteriormente possibilitou a criação do Mercosul. O trabalho foi construído a partir da revisão bibliográfica de autores brasileiros que abordam as tradições da política externa do Brasil, bem como a Guerra das Malvinas e suas repercussões no país.

**Palavras-chave:** política externa brasileira; paradigma globalista; guerra das Malvinas; Argentina.

**ABSTRACT:** The present article analyzes the Brazilian position in the Falklands conflict. To this end, we approach the existing paradigms in the national foreign policy of the time course, especially the globalist, that marked Ernesto Geisel’s and João Figueiredo’s governments. Moreover, we seek to understand how the war occurred, analyzing the history between Argentina and the United Kingdom on the islands, as well as the symbologies and motivations that existed in the dispute. Lastly, there is an analysis of the “imperfect neutrality” adopted by Brazil in support of argentinian ambitions, considered fundamental for the consolidation of the understanding between the two countries, which later made the creation of Mercosur possible. This work was built based on the literature review of Brazilian authors that approach the traditions of Brazilian foreign policy, as well as the Falklands War and its repercussions in the country.

**Keywords:** Brazilian foreign policy; globalist paradigm; Falklands war; Argentina.



# 1 INTRODUÇÃO

Discutir sobre a Guerra das Malvinas no Brasil é, sem dúvidas, uma tarefa de extrema importância. Como aponta Candeas (2010, p. 11), a relação estratégica do Brasil com a Argentina é certamente a mais intensa, profunda e antiga de nossa história diplomática. Por muito tempo, esse país foi visto como nossa maior ameaça no que diz respeito à segurança nacional (FRAGA, 1996). Dessa forma, um conflito internacional de grandes proporções envolvendo nosso vizinho com relações mais próximas — e complexas — já seria um evento a ser acompanhado e analisado de perto. As circunstâncias dessa guerra, porém, intensificaram essa tendência. Brasil e Argentina encontravam-se sob a égide de regimes militares autoritários, passando por um período de recessão econômica e instabilidades internas, sob um contexto internacional de recrudescimento das tensões da Guerra Fria. Vale ressaltar que, tendo em vista tal posição central da Argentina para o Brasil e a multiplicidade de eventos que contribuíram para o desenvolvimento da relação bilateral nos anos 1980, o presente trabalho limita-se a analisar os eventos intimamente ligados à Guerra das Malvinas e à política externa brasileira do período.

A chamada “Segunda Guerra Fria”, ou ainda “Nova Guerra Fria”, colocava os Estados Unidos mais uma vez na posição agressiva de confronto ao “Império do Mal”<sup>1</sup>. Ou seja, o conflito Leste-Oeste permanecia como o centro das prioridades da política externa norte-americana. O governo Reagan empreendeu políticas que não só elevaram a taxa de juros, mas serviram como instrumentos “para a subjugação política e extração de recursos do Terceiro Mundo” (VISENTINI, 1996, p. 470). Nesse contexto, com o advento da Guerra das Malvinas, os Estados Unidos posicionaram-se conforme suas prioridades e alianças mais imediatas: subjugando o sistema americano e apoiando o Reino Unido, no momento também sob um governo conservador. Esse movimento fez parte do que a diplomacia brasileira avaliou como “uma rearticulação do sistema internacional, fortemente negativa para a autonomia dos países de porte médio do Terceiro Mundo” (VISENTINI, 1996, p. 470).

A política externa brasileira, em linhas gerais, tradicionalmente buscou perseguir os interesses brasileiros, avaliando o contexto internacional para agir e formar alianças. Durante a Guerra das Malvinas, tal diretriz foi evidenciada: o país adotou uma postura inequivocamente tendenciosa ao apoiar a Argentina, embo-

1 Termo utilizado pelo presidente estadunidense Ronald Reagan em 1983 na Associação Nacional de Evangélicos para se referir à União Soviética.

ra oficialmente sua posição fosse neutra. A construção desse posicionamento foi, conforme evidencia Vidigal (2007), de suma importância para a diplomacia brasileira, exigindo habilidade — e fez a diferença em delicadas crises ao longo do conflito. Tal eficiente avaliação da conjuntura só foi possível devido à adoção pela diplomacia brasileira de um paradigma globalista que buscou diversificar as relações bilaterais, medida necessária em decorrência de mudanças em âmbito internacional. Dessa forma, o presente trabalho visa dissertar sobre como a tradição da política externa, a diferenciada relação Brasil-Argentina e o cenário internacional desenhado, especialmente no que diz respeito aos Estados Unidos, influenciaram o Brasil no cálculo do seu posicionamento.

## **2 BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

O golpe militar de 1964 trouxe uma série de mudanças para a sociedade brasileira, não só em âmbito interno, mas também para suas relações exteriores. A chegada dos militares ao poder inaugurou um novo período de aproximação com os Estados Unidos denominado americanismo (PINHEIRO, 2000). Segundo Maria Regina Soares de Lima (1994, p. 40), o americanismo defende que, devido a sua posição hegemônica, a potência estadunidense é o eixo da política externa nacional, sendo, portanto, defendida uma aproximação com o país para aumentar o poder de negociação brasileiro. A ascensão de Ernesto Geisel e seu chanceler, Azeredo da Silveira, porém, buscou reorientar a política externa para um paradigma globalista, entendimento construído a partir de ideias do embaixador Araújo Castro, que apresentou críticas nacionalistas ao americanismo se inspirando em uma relação centro-periferia para justificar uma visão globalizada e diversificada da política externa (LIMA, 1994).

Essa mudança se fez necessária no contexto em que o crescimento econômico brasileiro sofria ameaças a partir da deterioração da relação entre as superpotências, o que deslocou o conflito Leste-Oeste em direção Norte-Sul, levando o Terceiro Mundo a se tornar um novo polo de forças políticas (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993). Assim, buscou-se fortalecer uma posição terceiro mundista e um aumento de reivindicações frente aos países desenvolvidos, utilizando-se da diversificação de relações bilaterais para encontrar alternativas econômicas e políticas dentro do mundo capitalista, avançando um projeto desenvolvimentista e de aumento de influência global (LIMA; MOURA, 1982).

Entre as medidas de grande impacto nesse período, as quais demonstram a nova orientação paradigmática globalista, pode-se destacar o restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China e o reconhecimento da independência de Angola, simultaneamente ao crescente desacordo do governo brasileiro com os Estados Unidos em uma série de questões como, por exemplo, a assinatura do acordo de cooperação nuclear com a Alemanha (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1998). Em relação à América Latina, o governo Geisel, apesar de alguns avanços, não teve tanto êxito devido a um descompasso entre a postura política do Itamaraty e a ideológica dos militares, que mantiveram grande influência na política externa da região devido à preocupação com a repercussão das mudanças entre os países vizinhos e o desejo de estar no controle para barrar uma eventual expansão do socialismo no continente (LIMA; MOURA, 1982).

Maiores mudanças em relação à política externa para a América Latina puderam ser vistas no governo seguinte, sob comando do último presidente-ditador, João Figueiredo, que chegou ao poder com a promessa de ser responsável pela redemocratização. Para a chancelaria, escolheu Ramiro Saraiva Guerreiro, com quem manteve o padrão visto com os outros ministros no que se refere ao processo decisório, já que “não coordenava de maneira tão criteriosa os assuntos de natureza internacional, não assumia a função de árbitro de disputas burocráticas, nem compunha com seu chanceler uma parceria especial” (PINHEIRO, 2000, p. 467 apud SILVA; SILVA, 2020, p. 13-14).

O governo Figueiredo não mudou substancialmente a política externa brasileira, entretanto, a sua linha básica de atuação, o universalismo, adaptava o programa exterior à mundialização do sistema internacional, transformando, assim, o pragmatismo de Geisel em uma estratégia articulada e coerente, o que significava integrar o país tanto ao Terceiro Mundo quanto ao Ocidente desenvolvido, promovendo um diálogo permanente e universalizante em que o Brasil se encontrava em uma posição de conexão entre os dois eixos (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993). Um ponto fulcral para o novo governo foi a América Latina que, junto com a Argentina em particular, tornou-se uma prioridade.

A relação Brasil-Argentina pode ser dividida em três momentos importantes durante a segunda metade do século XX: um período pré-ditadura militar em que ocorreu uma convergência estrutural que seria um primeiro ensaio de integração (1958-1962), um segundo momento em que ocorre a construção do entendimento bilateral (1962-1986) e, por fim, com a redemocratização de ambos, o início defini-

tivo do processo de integração (VIDIGAL, 2007). A construção desse entendimento bilateral ocorreu em meio a aproximações e distanciamentos, visto que durante boa parte da ditadura militar brasileira, os dois países se viram diante de grandes divergências que impactaram a sua relação, em especial entre 1972 e 1976, quando é caracterizada a dificuldade de diálogo entre os dois países.

Nesse sentido, a região do Rio da Prata foi um dos cenários onde ocorreram alguns desses atritos. A busca brasileira pelo aproveitamento hidrelétrico no Prata com a construção de Itaipu criou o temor em seu vizinho platino de que seria alterado o frágil equilíbrio de poder na região em seu favor, o que fez com que a Argentina se empenhasse em interromper as ambições brasileiras, recorrendo a fóruns internacionais em uma tentativa de ser consultada antes de se iniciar as obras (NETO, 2006). Refletindo uma disputa pela preponderância na América do Sul que teve seu ápice de tensão em 1973, ano em que, à revelia dos argentinos, é assinado o Tratado de Itaipu entre Brasil e Paraguai, o aumento de contraste regional já inquietava os portenhos devido ao forte crescimento econômico brasileiro baseado em industrialização que contrastava com a sua estagnação econômica com dependência cada vez maior de exportação de produtos primários (GIL, 2016).

A ascensão de Geisel e sua política juntamente a ocorrência do golpe militar na Argentina em 1976 permitiram um momento favorável para a superação das dificuldades existentes entre os dois países, pois, ainda que a postura ideológica dos militares levasse à manutenção de desconfianças mútuas em relação às suas pretensões, um fortalecimento bilateral pela aproximação na área nuclear e de segurança se concretizou (VIDIGAL, 2007). Ainda assim, a consolidação do entendimento entre os dois países só ocorreu com a priorização regional no universalismo de João Figueiredo, que visou recuperar uma identidade latino-americana, reduzir tensões internacionais, superar dificuldades históricas do continente e criar condições para uma maior cooperação e integração econômica, sendo estimulada, em plano internacional, pelo segundo choque do petróleo e a retração de apoio financeiro dos Estados Unidos com a ascensão de Ronald Reagan (LIMA; MOURA, 1982) (NETO, 2006).

Assim, Figueiredo toma uma série de medidas com esse objetivo, como a ordem expressa para que Saraiva Guerreiro solucionasse o caso no Prata — acarretando na assinatura do Tratado Tripartite que possibilitou a construção das usinas de Itaipu e de Corpus —, e sua viagem presidencial à Argentina em 1980, a primeira de um chefe de Estado brasileiro desde Vargas (NETO, 2006). Entre vários acordos

bilaterais no período, também se destaca a assinatura do Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear que, visando aspectos tecnológicos, produtivos, técnicos e de formação de pessoal, se tornou um marco oficial de aproximação na perspectiva das históricas rivalidades estratégico-militares (OLIVEIRA, 1998). Assim, com Figueiredo, as relações bilaterais alcançaram um alto patamar de consolidação, entretanto, o ápice desse entendimento que possibilitou a futura criação do Mercosul só ocorreu em 1982, com o posicionamento brasileiro mediante à crise das Malvinas (VIDIGAL, 2007).

### 3 AS MALVINAS EM DISPUTA

O conflito sobre a soberania das ilhas remonta às Grandes Navegações, uma vez que seu descobrimento permanece impreciso e passa por diferentes perspectivas. Em parte, isso se deve a grande dificuldade de encontrar e assimilar materiais sobre esse momento histórico, em que cada um dos exploradores de diferentes nacionalidades denominou o arquipélago de uma forma distinta (NETO, 2006). Em especial, merecem destaque as versões da Argentina e do Reino Unido. Para a primeira historiografia, com base em cartas náuticas se defende que as ilhas foram descobertas por espanhóis, apesar de não se saber quem seria o navegador. Já para os britânicos, o capitão inglês John Strong descobriu o arquipélago. Ambos reconhecem que Strong foi ao território e o denominou *Falkland Sound* em homenagem ao patrocinador de sua viagem. É sabido ainda que elas foram visitadas por portugueses e holandeses, mas foram pescadores franceses do porto de *Saint Maló* que primeiro as ocuparam e as denominaram *Malouines*, que se adaptou ao vocábulo espanhol como Malvinas (WALSH, 1997).

A partir desse momento, as ilhas se tornaram palco de disputas entre França, Espanha e Inglaterra que colocavam e retiravam colonizadores conforme quem garantisse sua posse. Com o fim do Vice-Reino do Rio da Prata, a Argentina passou a controlar formalmente as ilhas por meio do “direito de herança” dos territórios espanhóis, o que teve fim com a ocupação inglesa em 1833, quando o arquipélago foi apropriado, os habitantes foram expulsos, colonos ingleses se estabeleceram e foram criados um entreposto comercial e um posto de abastecimento de navios, situação que se mantém até os dias atuais (NETO, 2006). É importante ressaltar que a tomada das Malvinas não foi a primeira das investidas inglesas na região e, na verdade, representa um contexto maior de expansão colonialista. Nesse sentido, o



professor e historiador Osvaldo Coggiola afirma que:

[A] Inglaterra aproveitou a invasão francesa de Espanha, e a conseqüente crise (desabamento, seria melhor dizer) do império colonial espanhol para invadir o Rio da Prata, fazendo flamejar a bandeira inglesa sobre a Praça Maior de Buenos Aires por algumas semanas, em 1806. Essa primeira tentativa [...] fracassou, não pela oposição das autoridades espanholas (que fugiram), nem da aristocracia comercial local (que a apoiou), mas pela resistência da população. Em 1807, houve nova tentativa [...] que experimentou novo fracasso. [...] [Assim] A ocupação inglesa das Malvinas em 1833 deve ser vista como parte das tentativas inglesas de estabelecer domínios coloniais no Atlântico Sul. (COGGIOLA, 2012, p. 176)

Para a Argentina, a perda das ilhas também foi parte de um processo maior envolvendo a visão de seus nacionais sobre as questões territoriais. Diferentemente da maioria dos países do continente, que mantiveram suas linhas coloniais ou por elas se expandiram, a desintegração do Vice-Reino do Rio da Prata e o resultado de uma série de negociações sobre disputas fronteiriças geraram uma percepção revisionista e fatalista para opinião pública de que o país foi vítima de agressões expansionistas que colocavam em risco a sua própria existência (DOS SANTOS, 2016). Essas percepções somente começaram a ser questionadas no final do século XX, quando se destacaram os trabalhos de Carlos Escudé. No entanto, a crença revisionista acabou por influenciar uma série de governos no país e, em especial:

[...] se tornou praticamente a doutrina oficial do regime militar que governou a Argentina entre 1976 e 1983. A visão de uma nação desmembrada condicionou as negociações sobre [...] conflitos e, conseqüentemente, a condução das relações internacionais da Argentina como um todo. Consolidou-se a ideia de país que não admitiria mais ceder território. (DOS SANTOS, 2016, p. 93)

Assim, a ditadura militar deu uma nova roupagem à disputa pelo arquipélago. Instaurado em 1976, o autodenominado Processo de Reorganização Nacional (PRN) derrubou o governo de Isabel Perón, que passava por uma grande crise política e econômica, e, com apoio dos Estados Unidos para combater movimentos de esquerda, instaurou um regime autoritário em que as Forças Armadas se sobrepujaram às instituições do Estado argentino (NETO, 2006).

Importante ressaltar que, salvo em alguns períodos, as reivindicações sobre as ilhas não cessaram completamente, havendo uma série de reclamações argentinas junto ao governo britânico. A partir da década de 1960, a questão tomou outras proporções quando se tornou tema de debates na Organização dos Estados Americanos (OEA), no Movimento dos Países Não-Alinhados e na Organização das Nações Unidas (ONU), se destacando a aprovação de resoluções em 1965 e 1973 na Assembleia Geral que pressionavam o Reino Unido a agir para resolver o litígio e resultaram no estabelecimento de negociações (WALSH, 1997).

Com o decorrer dos anos, no entanto, as negociações desandaram. A ditadura passava por um momento crítico em que a política econômica liberal em voga resultou na desindustrialização do país, o que elevou as tensões sociais. Tais fatores, como as desigualdades, a corrupção e as mudanças na burocracia estatal, impediram o acesso a serviços e a supressão de direitos básicos e a forte repressão elevou ainda mais a insatisfação, que se canalizou em uma manifestação em março de 1982 (NETO, 2006). Além disso, o desfecho desfavorável à Argentina no conflito com o Chile em torno do Canal de Beagle levou o governo militar a entender a posição da Argentina no Atlântico Sul como fortemente ameaçada (DE CAMPOS, 2011). Rapidamente a ditadura militar descobriu a “solução” para conquistar credibilidade e legitimidade, na busca de se utilizar do sentimento territorial nacionalista de sua população, as Malvinas foram tomadas.

A disputa por um território tão ao sul do Atlântico está também ligada aos interesses de exploração dos recursos naturais da região, especialmente à busca por petróleo e gás no mar territorial (CARVALHO, 2015). Além da exploração de recursos energéticos, a pesca e a criação de ovinos são outras atividades econômicas relevantes para a ilha (CARVALHO, 2017). No que diz respeito ao Reino Unido, a defesa desse território longínquo também estava intrinsecamente ligada a fatores político-econômicos. O governo britânico de Margaret Thatcher foi marcado por paradoxos (HOBSBAWM, 1995). As tentativas de implementação de medidas neoliberais para o resgate da economia suscitaram fortes críticas por parte da esquerda e aumentaram a impopularidade da líder mesmo entre seus aliados conservadores, causando enorme desgaste político e nenhuma melhora imediata da economia (NETO, 2006).

Internamente, o cenário britânico não era favorável: após a chamada década perdida de 1970 com os choques do petróleo, a economia estava arrasada. O desemprego atingiu níveis semelhantes aos do período da Grande Depressão, nos anos 1930, e protestos se espalharam por várias cidades do país (ANDERSON, 2014). É importante ressaltar também o delicado contexto internacional do Reino Unido em que, apesar de ter saído virtualmente vitorioso, o país estava econômica e socialmente arrasado após a Segunda Guerra, tendo perdido seu histórico lugar de primazia no Sistema Internacional e passando a ser um espectador de segunda classe frente ao escalante conflito entre Estados Unidos e URSS na configuração bipolar da Guerra Fria. Neto (2006, p. 89) aponta que o processo de descolonização e o caso do Canal de Suez também contribuíram para o aprofundamento da sua



perda de prestígio, assim como um “trauma” na auto-estima da população. Além disso, a entrada argentina na ilha causou mais uma vez a sensação de “fraqueza militar”, ameaçando seu controle de postos chave para o fluxo comercial e o acesso a produtos primários importantes (CARVALHO, 2017, p. 57).

Para entender esse evento internacional, portanto, é preciso olhar além da compreensão pragmática de que as Malvinas representavam apenas “uma coleção de ilhas numa parte inacessível e inclemente do Atlântico Sul” (FREEDMAN, 1982, p. 197, TRADUÇÃO NOSSA). Ambos os países enfrentavam um turbulento cenário doméstico e internacional. A perda ou a conquista de um território representava muito mais do que apenas os ganhos brutos materiais que ele poderia proporcionar. O movimento argentino baseou-se nas suposições de que o Reino Unido não mobilizaria tropas e recursos para um território distante e que haveria neutralidade estadunidense em eventual conflito, ambas equivocadas.

É verdade que as Malvinas não figuravam alta prioridade diplomática para o Reino Unido, que por anos se recusou a resolver a disputa com a Argentina ou aceitar plena responsabilidade pelo futuro da ilha (NETO, 2006; FREEDMAN, 1982). No entanto, se a tomada das Malvinas pela Argentina teria o aspecto moral de restauração do respeito do regime, para o Reino Unido a situação era diametralmente oposta. A perda de um território por meio da invasão militar por um regime ditatorial, desrespeitando todos os princípios de solução pacífica de controvérsias internacionalmente pregados, constituiu um grave insulto à moral de uma já baleada potência relegada à segunda classe.

De forma semelhante, seguindo certa linha de raciocínio, não era absurdo pensar que os Estados Unidos se manteriam neutros na disputa. Cardoso, Kirchbaum e Van Der Kooy (1983) argumentam que havia uma tese à época de que o país, como maior potência hegemônica do Ocidente, buscariam ativamente uma solução pacífica e agiriam de maneira semelhante à Crise do Suez (1956), quando não apoiaram o Reino Unido. Um delegado enviado para tentar amenizar as tensões afirmou a neutralidade do país anteriormente ao conflito e o próprio presidente Reagan vacilou para o presidente argentino ao responder que lado apoiava (NETO, 2006). As relações Argentina-EUA em muito melhoraram com a ascensão de Reagan à presidência e a administração estadunidense cultivou nos generais argentinos a percepção de que havia uma “aliança especial” entre os dois países (VISENTINI, 1996, p. 477).

Além disso, conforme aponta Márcio Teixeira de Campos (2011), ao parti-

cipar simultaneamente de dois tratados de defesa com os envolvidos no conflito — da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) com o Reino Unido e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) com a Argentina —, esperava-se neutralidade, não apoio a uma das partes. Ao invocar o TIAR, a Argentina questiona quem era o verdadeiro agressor no histórico das Malvinas, tendo apoio inicial inclusive da diplomacia brasileira; entretanto, as relações americanas em geral, e argentinas em particular, com os Estados Unidos são severamente desgastadas no processo (NETO, 2006). A potência não reconheciam a soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas e, portanto, não entendiam a ação argentina como cabível dentro dos termos do TIAR (DE CAMPOS, 2011).

É interessante ressaltar o impacto que o posicionamento estadunidense teve sobre a América Latina. Diversos autores apontam o momento como de enfraquecimento do TIAR e de desconfiança por parte dos países latinoamericanos acerca dos reais interesses dos Estados Unidos no continente. Em especial, Carvalho (2017, p. 48) ilustra que:

Para os EUA, a validade do TIAR estava coadunada com o perigo do avanço soviético no continente americano, e o apoio ao Reino Unido foi consequência de uma interpretação estadunidense, na qual a Argentina teria iniciado o confronto (TRINDADE, 1983), o que torna ilegítima a invocação do instrumento continental (PINTO, 2015), bem como demonstra a importância marginal que a América Latina possui em relação aos EUA (MATOS, 1976) e o apoio que estes prezam em primeiro lugar aos seus parceiros da OTAN (SILVA, 2014), que juntamente com o Pentágono solicitaram junto ao presidente dos EUA, Ronald Reagan, incrementos de natureza bélica no Atlântico Sul. (VISENTINI, 2012)

Conforme aponta Freedman (1982), apesar de contar com a pressão diplomática de importantes aliados, como os Estados Unidos, e da mediação da ONU, desde o princípio a resposta britânica buscou se estruturar à altura da agressão, ou seja, estruturando-se militarmente. Esse movimento foi fortemente influenciado por Henry Leach, primeiro Lorde do Almirantado, chefe da Marinha Real Britânica e responsável por aconselhar Thatcher nos primeiros momentos do conflito, argumentando acerca de seus possíveis efeitos sobre o nacionalismo britânico (ANDERSON, 2014). Logisticamente, a mobilização e posterior vitória do Reino Unido são consideradas notáveis até os dias de hoje (FREEDMAN, 1982; ALVES; DE CAMPOS, 2012).

Havia fatores que preocupavam a chamada “Senhora dos Mares”: a distância de quase 13.000 km a ser percorrida até o arquipélago, além das condições climáticas do Atlântico Sul e questionamentos acerca das próprias capacidades militares do país naquele momento (ANDERSON, 2014). Contando com o apoio logísticos

dos Estados Unidos, que cederam sua base aérea na Ilha de Ascensão e facilitaram o acesso a imagens de satélites mostrando a localização das tropas argentinas, os soldados britânicos derrotaram os argentinos em poucas, porém rápidas e violentas batalhas após apenas três semanas do desembarque das tropas terrestres britânicas na ilha — apesar de uma comprovada superioridade de capacidades militares britânicas, os fatores relacionados à organização, comando e experiência de tropas foram essenciais no desfecho da guerra (DE CAMPOS, 2011; ALVES; DE CAMPOS, 2012).

Não há consenso sobre as subdivisões das fases da Guerra das Malvinas. De Campos (2011) utiliza três fases: da ocupação militar argentina até o desembarque britânico; estabelecimento e expansão, pelos britânicos, da cabeça-de-praia em San Carlos e ataque final britânico. Maia (2019), de maneira semelhante, divide o conflito em guerra naval, guerra aeronaval e guerra terrestre. Já De Campos e Alves (2012) reduzem as fases a duas: conflito aeronaval e terrestre. Embora o presente trabalho não se proponha a construir uma análise a partir de um viés militar, é importante destacar que o conflito armado mais recente no Atlântico Sul em muito impactou as estratégias militares dos países sul-americanos, especialmente o Brasil (ALVES; DE CAMPOS, 2012).

## **4 O BRASIL E AS MALVINAS**

Com as relações políticas entre Londres e Buenos Aires cortadas, a embaixada brasileira passou a representar os negócios argentinos frente aos britânicos (NETO, 2006). Segundo Filmus (2015), historicamente o Brasil demonstrou apoio à reivindicação sobre a questão das Malvinas em diversas ocasiões e fóruns internacionais, como o Mercosul e as Nações Unidas. Após a mencionada significativa aproximação Brasil-Argentina e devido à importância histórica do país platino para a diplomacia brasileira, a violação argentina ao direito internacional colocava o Brasil numa posição delicada.

Por um lado, o principal objetivo da diplomacia britânica era isolar a Argentina e trabalhar para a construção de uma imagem do país como errado no conflito (ANDERSON, 2014). Londres representava um forte aliado comercial e responsável pelos créditos de rolagem da dívida brasileira (SANTOS, 2018). Havia um temor de que os bancos de Londres se tornassem mais rígidos para conceder empréstimos ao Brasil, movimento do qual o país era dependente (WALSH, 1997). Além disso,

o Reino Unido era membro permanente do Conselho de Segurança e possuía o seguro apoio da maior potência do mundo, os Estados Unidos. Posicionar-se explicitamente contra ou a favor de um dos dois poderia comprometer ainda mais o país frente a possíveis repercussões comerciais negativas.

Por isso, embora simpático às aspirações argentinas, o Brasil não se posicionou abertamente a favor do país. Em consonância com sua histórica habilidade diplomática, os pronunciamentos brasileiros não focaram na agressão argentina, mas no brado pelo fim do conflito. Santos (2018) demonstra, ao comparar trechos de mensagens enviadas pelo presidente João Figueiredo aos líderes argentinos e britânicos, uma perceptível simpatia brasileira pelas reivindicações argentinas. Apesar disso, como aponta Vidigal (2007), a diplomacia britânica compreendeu bem a opção brasileira. Além de simpatia com a reivindicação argentina, antes do conflito, o Brasil vinha empreendendo uma série de ações que procuravam superar a rivalidade com a Argentina e buscou proteger a continuidade da incipiente tentativa de integração econômica entre os dois países.

Outro fator de extrema relevância nessa conjuntura foi o golpe sofrido pelo sistema interamericano após o apoio ao Reino Unido por parte dos Estados Unidos, movimento abertamente criticado pelo presidente brasileiro e pelo chanceler à época, Saraiva Guerreiro, o que levou a um esfriamento das relações Brasil-EUA (VIDIGAL, 2007; SANTOS, 2018). Por isso, a relevância de pautas exclusivas à região da América Latina passou a figurar como maior prioridade frente à política externa universalista empreendida pelo governo brasileiro (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993), após a compreensão de que a região tinha interesse apenas acessório frente aos Estados Unidos. Nesse período, houve um significativo desgaste da imagem da potência, assim como da utopia de solidariedade entre países capitalistas ocidentais (NETO, 2006).

Nesse momento, portanto, os posicionamentos brasileiros em relação ao conflito passam a constituir importante elemento do sistema latinoamericano. Não só porque o apoio brasileiro à Argentina era essencial para os portenhos, mas porque colocava o país na posição de protetor de instituições como a OEA e o TIAR, além de fundamentar os caminhos para o aprofundamento da integração Brasil-Argentina e, posteriormente, da América do Sul como um todo (WALSH, 1997; VIDIGAL, 2007). Como apontam Gonçalves e Miyamoto (1993, p. 238), contrariando a tendência de alguns outros Estados latino-americanos que passaram a considerar a OEA um fórum “inútil e ultrapassado”, a diplomacia brasileira buscou reerguê-la.

Vale ressaltar que em instituições como a própria a OEA e a ONU, o Brasil procurou apoiar a causa argentina pelas Malvinas (CANDEAS, 2010).

A postura brasileira é, em geral, caracterizada como uma “neutralidade imperfeita”. Tal alcunha diz respeito ao fato de que, apesar de não declarar abertamente apoio a nenhum dos beligerantes, o Brasil adotou uma política de alguma maneira favorável à Argentina (VIDIGAL, 2007). De acordo com a tradição diplomática construída até aquele momento, o posicionamento brasileiro buscava atender a interesses específicos da política externa do país, na qual ambos os beligerantes possuíam relevância, mas a Argentina, principalmente, possuía papel essencial (WALSH, 1997). A concepção de quais especificamente eram os interesses da política externa a serem alcançados naquele momento ainda é debatida, no entanto, como mostra o artigo de Monteiro (2021), são muitos os fatores considerados pela historiografia.

Há também um fator referente à conjuntura interna a ser levado em consideração. Conforme alguns jornais brasileiros da época publicaram, havia algum temor de que o conflito das Malvinas permitisse a penetração do comunismo na região (CISNEROS; ESCUDÉ, 1998). Embora o Brasil passasse por um período de abertura política e da tentativa de construção de uma política externa mais transparente, a própria busca por uma transição democrática de maneira “lenta, gradual e segura” mostrava que a ala conservadora militar e seus ideais ainda ditavam muitas regras do jogo político. Seguindo essa lógica, o comunismo ainda era um inimigo histórico e qualquer ameaça consistente de sua presença deveria ser neutralizada da melhor maneira possível. No caso da Argentina, documentos analisados por Monteiro (2021) mostram que as autoridades brasileiras argumentavam com os Estados Unidos que uma derrota humilhante ou o isolamento internacional desestabilizariam o regime militar e favoreceriam a ascensão política de grupos nacionalistas, peronistas ou comunistas, além de abrir margem para a procura por apoio militar em Cuba e na União Soviética.

Mas para além dos fatores internos, considerando a premissa de Walsh (1997), na qual é possível assumir que a neutralidade do Brasil teve caráter ativo e foi procedente de decisão autônoma do país, percebe-se que a conjuntura internacional destaca-se como fator condicionante para o posicionamento dos países. Não tomar parte no conflito, ao mesmo tempo que favorecia um aliado, devido a convicções e circunstâncias diplomáticas, mostrava que o Brasil agia sem imposição por parte das duas grandes potências do globo. Isso era extremamente signifi-



cativo num contexto em que a diplomacia brasileira avaliava a Guerra das Malvinas “como elemento gerador de tensões entre os membros do Ocidente e a nível de diálogo Norte-Sul” (WALSH, 1997, p. 62).

Se, no início dos anos 1980, a historiografia argentina alegava que o Brasil só oferecia apoio retórico às reivindicações pelas Malvinas (CISNEROS; ESCUDÉ, 1998), no momento do conflito a situação mudou. Segundo Candeas (2010, p. 201) “a postura brasileira foi de inequívoco apoio à Argentina”. Entre essas ações concretas, podemos destacar:

[...] abrir os portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande para re-exportações argentinas, contornando o embargo norte-americano e europeu àquele país; ceder aviões para patrulhar o litoral e acompanhar os movimentos da esquadra britânica (alguns, pilotados por brasileiros); propor na AGNU resolução que torna o Atlântico Sul Zona de Paz e Cooperação (Resolução 41/11, de 27/10/1986). (CISNEROS; PIÑEIRO IÑÍGUEZ, 2002, p. 459; MÓNIZ BANDEIRA, 2004, p. 401-402; 418 apud CANDEAS, 2010, p. 201)

No quesito militar, o Brasil forneceu armamentos aos argentinos, como aviões de patrulha EMB-111, foguetes balísticos e caças Xavantes, com o objetivo de espionar as forças britânicas (SANTOS, 2018). Tamanha era a confiança argentina no Brasil que, após um histórico marcado por rivalidades, num momento de séria instabilidade, enviou para a guerra unidades militares situadas na fronteira brasileira (FRAGA, 1996).

No âmbito privado, quando empresas argentinas sofreram sanções e foram impedidas de comercializar com empresas europeias, algumas empresas brasileiras ajudaram — e lucraram — como intermediárias através do chamado comércio triangular (NETO, 2006). Embora Walsh (1997) defenda que o apoio econômico por parte do governo de Figueiredo, com a facilitação do escoamento de parte da produção agropecuária argentina através de portos ao Sul do Brasil, não buscava o aumento da receita, Neto (2006) aponta que empresas brasileiras no ramo do agro-negócio buscaram ocupar o vácuo por empresas argentinas na Europa, assim como empresas de produtos manufaturados aproveitaram a oportunidade de adentrar no mercado argentino.

Ferreira e Fortes (2020) revelam como as demonstrações de apoio à Argentina não foram unânimes dentro da sociedade brasileira e do próprio Itamaraty, com grupos defendendo distintos posicionamentos, especialmente devido ao aumento da liberdade de expressão e redução da censura aos meios de comunicação. No entanto, a figura de Saraiva Guerreiro e o apoio do presidente Figueiredo foram essenciais para a consolidação do posicionamento tomado (NETO, 2006). Principal-

mente, houve a adoção de uma estrutura coordenada entre os órgãos decisórios do Poder Executivo para evitar precipitações ou decisões conflitantes (WALSH, 1997). Ou seja, prevaleceu a capacidade da diplomacia brasileira de estruturar-se e agir coerentemente ao posicionamento adotado.

## 5 CONCLUSÃO

Importante destacar que, para todos os envolvidos, a Guerra das Malvinas foi mais do que um conflito entre dois países por um arquipélago do Atlântico Sul: foi um símbolo de visões de mundo e mudanças em andamento no início da década de 1980. Se para o Reino Unido a guerra no extremo sul da América foi a expressão da sua perda de relevância dentro do Sistema Internacional no período pós-guerra, em que um país periférico não teve temor em ocupar um território por ele administrado, para a Argentina, a iniciativa de adentrar as Malvinas foi a representação de um governo ditatorial que, ao se deparar com a impopularidade de suas medidas impostas à população, buscou se reerguer promovendo um nacionalismo territorial proveniente de teses revisionistas e fatalistas, que, com o eventual fracasso, aumentou sua fragilização e o obrigou a iniciar um processo de redemocratização.

Em meio a todas essas complexas questões, a Guerra das Malvinas também se fez relevante no principal tema tratado no presente artigo, a política externa brasileira, visto que a postura que o Brasil adotou em relação ao evento foi um retrato de grandes mudanças na sua política exterior. Deixando de lado o americanismo que caracterizou a sua condução nos governos anteriores, Geisel e Silveira promoveram importantes mudanças para tornar a política externa mais eficiente em seus objetivos à época. Entretanto, as modificações observadas não resolveram de imediato a conturbada relação existente entre o Brasil e a Argentina, regada de desconfianças e divergências, como as que envolviam a região do Rio da Prata e a área militar, em que planos estratégicos de ambos os países se baseavam em uma suposta e inevitável confrontação de forças (OLIVEIRA, 1998).

A consolidação do entendimento somente foi alcançada quando o Brasil finalmente passou a tratar sua região e o seu principal vizinho como prioridades durante o último governo da ditadura militar. Apesar da Guerra das Malvinas não ser exatamente o ponto de virada entre esses momentos, é nela em que se pode encontrar o ápice dessa aproximação e intensificação de diálogo para que se pudesse superar as antigas dificuldades existentes entre os dois países. Dessa forma,

refletindo a nova orientação globalista da Política Externa Brasileira, o processo de superação das dificuldades de Ernesto Geisel e Azeredo da Silveira durante seu pragmatismo ecumênico e responsável foi consolidado no universalismo de João Figueiredo e Saraiva Guerreiro.

Com um histórico apoio à Argentina para com as suas reivindicações sobre a soberania nas ilhas declarado em variadas oportunidades e mesmo em fóruns internacionais, o governo do Brasil não se eximiu de buscar o melhor posicionamento possível para a delicada situação de modo a conciliar as suas principais aspirações no momento, através de estratégias coerentes, técnicas articuladas e da mudança de paradigma de atuação. Ao analisar a atitude brasileira de prestar um não declarado, porém inequívoco amparo ao seu vizinho perante a disputa, deve ser levado em consideração as relações com os Estados Unidos, visto que sua postura não correspondia exatamente às vontades do *hegemon* do Sistema Internacional, que pouco antes era considerado o preferencial eixo da política externa nacional.

A Guerra das Malvinas foi a confirmação da preferência estadunidense pelo Velho Continente, o que resultou na elevação da desconfiança entre os países latinos e no desgaste de relações com Argentina e Brasil ao colocar em xeque a ordem jurídica interamericana e inter-ocidental ao expor um conflito inusitado para os padrões “jurídicos” típicos da Guerra Fria (JAGUARIBE, 1986, p. 193). Soma-se a essa perspectiva o fato de que o Brasil passou a atuar na proteção da OEA e do TIAR, instituições desacreditadas por muitos Estados do continente após os Estados Unidos renegá-las ao desprezar as vontades políticas terceiro-mundistas.

Assim, a Guerra das Malvinas evidenciou contradições nas grandes potências, possibilitando que países como o Brasil percebessem a importância de mudanças de estratégias de inserção internacional e modificassem o seu foco — privilegiando sistemas regionais no Sul, renunciando ao alinhamento ao Norte. Desse modo, de forma autônoma com sua neutralidade imperfeita, a política externa brasileira encorajou uma ainda maior aproximação com a Argentina, o que foi um dos fatores que permitiu abrir caminhos para mais um capítulo nas relações bilaterais entre os vizinhos sul-americanos: um novo e definitivo processo de integração que, posteriormente, se concretizou com a criação do Mercosul.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vagner Camilo; DE CAMPOS, Márcio Teixeira. A guerra das Falklands/Malvinas e o Exér-

cito brasileiro. **Tensões Mundiais**, v.8, n. 144, p. 267-278, 2012.

ANDERSON, Duncan. **The Falklands War 1982**. Bloomsbury Publishing, 2014.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 178-213, 2005.

CANDEAS, Alessandro Warley. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia “na visão do outro”**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

CARDOSO, Raul; KIRCHBAUM, Ricardo; VAN DER KOOY, Jorge. **Malvinas: la trama secreta**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1983.

CARVALHO, Rogério do Nascimento. **A influência britânica no Atlântico Sul: o caso das ilhas Malvinas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Marítimos) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2017.

CARVALHO, Rogério do Nascimento. Ilhas Malvinas: a influência da geopolítica britânica e a política externa dos países da América do Sul. ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA LATINOAMERICANA: MAPEANDO A POLÍTICA EXTERNA DO CONE SUL, I. 2015, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos**. Foz do Iguaçu, 2015. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/1537/NUPELA%20-%20320-331.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 mai. 2021.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org). **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina**. Parte III. Las relaciones exteriores de la Argentina subordinada (1943-1989). Tomo XIV, Las relaciones políticas (1966-1989). Buenos Aires: Centro de Estudios de Política Exterior, 1998.

COGGIOLA, Osvaldo. A outra guerra do fim do mundo: as Malvinas e “redemocratização” da América do Sul. **Revista Autora**, v.5, n.2, p.169-246, 2012.

DE CAMPOS, Márcio Teixeira. **A guerra das Falklands/Malvinas e suas repercussões no Exército brasileiro**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

DOS SANTOS, Eduardo. **Entre o Beagle e as Malvinas: conflito e diplomacia na América do Sul**. Brasília, 2016.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques; FORTES, Clarice Maria Lima. O Brasil e a Guerra das Malvinas: uma análise do processo decisório brasileiro. **Conjuntura Austral**, v.11, n. 54, p. 123-140, 2020.

FILMUS, Daniel F.; Brasil-Argentina e a questão das Malvinas: do histórico apoio a uma política comum. **Revista Landa**, v.4, n.1, p. 348-368, 2015.

FRAGA, Rosendo M. A experiência histórica no Brasil e na Argentina de 1966 a 1983: começo da convergência. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro e LLADÓS, José Maria (orgs.). **Perspectivas: Brasil e Argentina**, v. 1, p. 485-512, 1996.

FREEDMAN, Lawrence. The war of the Falkland Islands, 1982. **Foreign Affairs**, v. 61, n. 1, p. 196-210, 1982.

GIL, Henrique de Freitas Chimenes. Geopolítica da bacia do Prata e o balanço de poder entre os países do Cone Sul. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XVIII. 2016, São Luís. **Anais eletrônicos**. São Luís: 2016. Disponível em: [http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467825374\\_ARQUIVO\\_textoengAGeopoliticaBrasileira.pdf](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467825374_ARQUIVO_textoengAGeopoliticaBrasileira.pdf). Acesso em: 20 mai. 2021.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984, **Revista Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.

JAGUARIBE, Hélio. **Novo Cenário Internacional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

LIMA, Maria Regina Soares de. 'Ejes analíticos y conflicto de paradigmas en la política exterior brasileña'. **América Latina/Internacional**, 1(2), pp. 27-46, 1994.

LIMA, Maria Regina Soares de; MOURA, Gerson. 'A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira'. **Dados**, 25(3), pp. 349-363, 1982.

MAIA, Felipe Malachini. Guerra das Malvinas - uma visão sobre as fases do conflito. **Ano XI - n° 26**, p. 53, 2019.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Brasil e Argentina em perspectiva histórica. **Perspectivas: revista de ciências sociais**, 2001.

MONTEIRO, Tiago. O Brasil na guerra das Malvinas: discutindo as motivações da política de "neutralidade imperfeita" do governo João Figueiredo (1982). **Sapienza: international journal of interdisciplinary studies**, v. 2, n. 1, p. 341-360, 2021.

NETO, Tomaz Esposito. **A política externa brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas**. 2006. Dissertação (Mestrado em história) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, p. 5-23, 1998.

PINHEIRO, Leticia. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, 2000.

SANTOS, Rafael Macedo Rocha. **Crise na América Latina: uma análise comparativa entre os posicionamentos do Brasil e do Chile na Guerra das Malvinas (1982)**. Revista de História da UEG, v. 7, n. 2, p. 223-240, 2018.

SILVA, Álvaro Vicente Costa; SILVA, Nathan Morais Pinto da. Do pragmatismo ao universalismo: a mudança de estratégia da política externa brasileira para a América Latina no governo Figueiredo (1979-1985). **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, 2020.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. **Relações Brasil e Argentina: a construção do entendimento (1962-1986)**. 2007. 339 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VISENTINI, Paulo. A Experiência Histórica do Brasil e da Argentina Contemporâneos: autoritarismo e desenvolvimento (1964-1985). *In*: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro e LLADÓS, José Maria (orgs.). **Perspectivas: Brasil e Argentina**, v. 1, p. 435-485, 1996.

WALSH, Marcelo Vieira. **A atuação do Brasil frente à crise das Malvinas/Falklands (1982)**. 1997.